GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER PREFEITO MUNICIPAL

ZAQUEU TEIXEIRA VICE-PREFEITO

JOÃO BATISTA THOMÉ BARRA

SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

CLEIVERSON OLIVEIRA CHAGAS SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS

DAYANE LOPES OLIVEIRA ARAGOSO SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS E GESTÃO DE CONVÊNIOS

GRACIELLE GISLENE OLIVEIRA DA SILVEIRA DA SILVA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ALAN DA CONCEIÇÃO BINOTI (RESPONDENDO) CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

JEFFERSON DIAS DA SILVA

SECRETARIA MUN. DE GOVERNO

LEANDRO MACHADO CARDOSO SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ALEX DA CONCEIÇÃO BINOTI SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ALAN DA CONCEIÇÃO BINOTI

SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO

MARIA BETANIA PESSOA DE PAIVA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RÔMULO FERREIRA SALES SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

JOAMILTON ORNELAS FONTES PEREIRA

SECRETARIA MUN. DE DESENV. RURAL E AGRICULTURA

RAPHAEL SILVA DE FARIA ATTIÉ SECRETARIA MUN. DE URBANISMO

MARCELO SANTOS DE MATOS SECRETARIA MUN. DO AMBIENTE E DEFESA DOS ANIMAIS

CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIA MUN. DE OBRAS

JOSE RIBAMAR DE LIMA

SECRETARIO MUN. DE HABITAÇÃO

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA SECRETARIO MUN. DE CONSERVAÇÃO E SERVICOS PÚBLICOS

EDUARDO LOPES BARBOSA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA SECRETARIA MUN. DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

CRISTIANO PINTO DE MACEDO SECRETARIA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE

JEFFERSON OI IVEIRA FERREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

FELIPE SOARES LAUREANO SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

LEONARDO CORREIA RABELLO SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

NORBERTO DE ANDRADE FERREIRA (RESPONDENDO) SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER

PAULO SALVADOR DE SOUZA BASTOS SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

JEFFERSON PEREIRA DA SILVA

PREVIQUEIMADOS

JOSÉ APARÍCIO DONO

CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

MARCOS FELIPE SOUZA DE LIMA SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Atos do Prefeito	.3 .4 .5 .5
ATOS DO PODER LEGISLATIVO	

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DOS VEREADORES

THOMAS JEFFERSON ALVES

CARLOS ROGÉRIO COSTA DOS SANTOS CINTIA BATISTA DE OLIVEIRA MENDONÇA CRISTIANO ROSA DE OLIVEIRA FELIPE DE OLIVEIRA CARVALHO FELIPE DE OLIVEIRA CANVALHO FRANCOIS DE OLIVEIRA FREITAS JACKSON DA SILVA COELHO JOÃO PEDRO LEMO JULIO CESAR ALMEIDA COIMBRA LUIZ FELIPP CASTELANO NILTON MOREIRA CAVALCANTE PAULO BERNARDO DA SILVA JUNIOR PAULO BEZERRA RODRIGUES JR PAULO CESAR PIRES DE ANDRADE PAULO VICTOR BONINI VIANNA RENAN HENRIQUE DO NASCIMENTO WILSON ESPERIDIÃO PIMENTA SAMPAIO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 2

Atos do Prefeito

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 2472/GAP/25. ALTERAR a Portaria 2293/GAP/2025 (DOQ 159, de 26 de agosto de 2025) - Ficam designados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Queimados – CMDCA, os Conselheiros (as) do Poder Público e da Sociedade Civil, conforme a legislação em vigor, referente ao biênio 2025-2027 (19 de agosto de 2025 a 18 de agosto de 2027). Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

I - CONSELHEIROS DO PODER PÚBLICO:

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Titular: Crislen Maiara de Souza **Suplente:** Nilciane da Silva Pontes

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - GAP

Titular: Tânia Nunes Corbo

Suplente: Simone Lima dos Santos Silva

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Titular: Celiane Farias da Silva **Suplente**: Stella Dutra de Britto Vaz

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMEL

Titular: Gabriel do Carmo Bastos

Suplente: Cristiane da Silva Pimentel de Andrade

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

Titular: Giselma de Souza Almeida Matos **Suplente:** Ana Keli Lourenço da Rocha Fialho

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA - SEMDEHPROC

Titular: Thalia de Souza Oliveira **Suplente:** Marcos Machado da Silva

II - CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

1. INSTITUTO RAÍZES DA RESISTÊNCIA

Titular: Bárbara Magalhães Campelo Suplente: Joubert Santos de Souza

2. ESPAÇO CULTURAL KUNTA KINTE

Titular: Jorge Luiz Fernandes Dias

Suplente: Fátima Aparecida da Conceição Gomes Olavo

3. CRECHE IRACEMA GARCIA - ESTRELA MAIOR

Titular: Ivan Vicente Lemos **Suplente:** Claudinéa Alves da Cruz

4. CRUZ VERMELHO BRASILEIRA – FILIAL QUEIMADOS

Titular: Marisete Sant'Ana

Suplente: Neide Maria Porto Ribeiro

5. ORGANIZAÇÃO SEMENTES DO FUTURO QUEIMADENSE

Titular: Waldira Viol Soares

Suplente: Fernanda Luiza dos Santos Brandão

6. CORPORAÇÃO MUSICAL ESCOLA MAESTRO DANIEL - COMEMD

Titular: Daniel Ribeiro dos Santos **Suplente:** Gabrielly Costa Januário

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER

Prefeito

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA N. º 2473/GAP/25. SUSPENDER por necessidade de serviço o período concessivo de gozo das férias compreendidas entre os dias 17/10/2025 à 31/10/2025 do servidor **EDNA DE MORAES ELIAS MONTEIRO**, Coordenador da Divisão de Regulação e Internação, SEMUS, matrícula nº 16200/01, fixando o próximo período para 13/10/2025 à 27/10/2025.

PORTARIA N.º 2474/GAP/25. LOTAR o servidor CARLOS ALBERTO CORREA DE FREITAS, matrícula n. º 4188/21, Vigia, na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, a contar de 08/10/2025.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 3

PORTARIA N.º 2475/GAP/25. LOTAR o servidor RAUL DIAS DA SILVA, matrícula n. º 2864/91, Vigia, na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, a contar de 08/10/2025.

PORTARIA N.º 2476/GAP/25. LOTAR o servidor JOSÉ CARLOS DOS SANTOS GARCIA, matrícula n. º 2856/81, Vigia, na Secretaria Municipal de Conservação e Servicos Públicos – SEMCONSESP, a contar de 08/10/2025.

PORTARIA N.º 2477/GAP/25. LOTAR o servidor LUIZ CARLOS AMBRÓSIO, matrícula n. º 2804/51, Vigia, na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP, a contar de 08/10/2025.

PORTARIA Nº 2478/GAP/25. EXONERAR a PEDIDO servidora ANA PAULA DA SILVA BRITO PAULO, matrícula nº 16644/01, do cargo em comissão de Assessor de Apoio às Unidades Escolares, Símbolo CC5, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 08/10/2025.

PORTARIA Nº 2479/GAP/25. EXONERAR o servidor JUAN SANTANA PEREIRA, do cargo em comissão de Assessor de Protocolo, Símbolo CC5, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Queimados - PREVIQUEIMADOS, a contar de 08/10/2025.

PORTARIA Nº 2480/GAP/25. NOMEAR TALITA SANTOS DE SOUZA, no cargo em comissão de Assessor de Protocolo, Símbolo CC5, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Queimados - PREVIQUEIMADOS, a contar de 09/10/2025.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER

Prefeito

Despachos do Prefeito

PMQ/PROCESSO/6397/2025-E. Requerente: Aparecida Marins Santos. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, controle nº 0288087, DEFIRO o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle nº 0274062 e 0275227, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, controle nº 0275229, totalizando 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, correspondendo a 01 ano, prestado antes da data de admissão da servidora (22/05/2002), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2º art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

PMQ/PROCESSO/6370/2025-E. Requerente: Jorge Luiz Campos. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, no controle n° 0288083, **DEFIRO** o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle n° 0273594 e 0273666, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, no controle n° 0273724, totalizando 2.963 (dois mil, novecentos e sessenta e três) dias, correspondendo a 08 anos 01 mês e 13 dias, prestado antes da data de admissão do servidor (13/03/1996), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2° art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

PMQ/PROCESSO/6241/2025-E. Requerente: Marcelo Neves Ferreira. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, no controle nº 0288079, DEFIRO o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle nº 0270548 e 0273255, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, no controle nº 0273263, totalizando 2.492 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois) dias, correspondendo a 06 anos 10 meses e 02 dias, prestado antes da data de admissão do servidor (03/11/1999), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2° art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

PMQ/PROCESSO/5718/2025-E. Requerente: Jorge de Jesus Braga Correa. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, no controle n° 0278930, **DEFIRO** o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle n° 0259028 e 0259454, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, no controle n° 0259457, totalizando 2.555 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco) dias, correspondendo a 07 anos, prestado antes da data de admissão do servidor (26/12/1995), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2° art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

PMQ/PROCESSO/5114/2025-E. Requerente: Dilma Cordeiro de Oliveira. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, controle nº 0285263, DEFIRO o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle nº 0246964 e 0248675, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, controle nº 0248676, totalizando 336 (trezentos e trinta e seis) dias, correspondendo a 11 meses e 06 dias, prestado antes da data de admissão da servidora (04/05/1999), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2° art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

PMQ/PROCESSO/5107/2025-E. Requerente: Ana Claudia Ferreira Dias Duarte. Com base no parecer da Secretaria Municipal de Administração, controle n° 0285259 DEFIRO o pedido de averbação de tempo de serviço prestado em atividades vinculadas à Previdência Social indicadas nas certidões do controle n° 0246705 e 0248650, e planilha demonstrativa de tempo de contribuição a ser averbado, controle n° 0248659, totalizando 1.615 (mil, seiscentos e quinze) dias, correspondendo a 04 anos, 05 meses e 05 dias, prestado antes da data de admissão da servidora (06/12/2001), que somente deverá ser contado para efeito de aposentadoria e disponibilidade, devendo constar de seu assentamento funcional, observando-se o disposto no § 2° art. 112, da lei 1060/11, no que tange a proibição de contagem cumulativa.

Processo nº 22343/2021/32. Requerente: V 3 CONSTRUÇÕES LTDA. Assunto: Isenção de Tributos Municipais 2022. Com base na Manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN, às fls. 51/52, INDEFIRO o pedido de isenção fiscal, para o exercício de 2022, à empresa V 3 CONSTRUÇÕES LTDA, com base no art. 85, inc. III.

Processo nº 20922/2019/32. Requerente: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE QUEIMADOS

Assunto: Isenção Taxa de Vistoria. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 60, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 61/62, INDEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento por Ausência de Respaldo constitucional ou legal, com fundamento no art. 150, VI, "c" da Constituição Federal.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 4

Processo nº 23001/2023/32. Requerente: PADARIA E CONFEITARIA REALIDADE DOS PAES LTDA. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2024. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 34, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 35/36. **DEFIRO** o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2024, na inscrição mobiliária nº **8928821**, com base no disposto no art. 300-A Parágrafo único do CTMQ.

Processo nº 23787/2023/32. Requerente: UME DELIVERY E RESTAURANTE LTDA. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2024. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 32/33, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 35/36. DEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2022, no processo nº 23147/2022/32, para o exercício de 2023 no processo nº 23787/2023/32, na inscrição mobiliária nº 77000658, com base no disposto no art. 300-A Parágrafo único do CTMQ.

Processo nº 22473/2023/32. Requerente: E R M SANTOS PADARIA E CONFEITARIA-ME. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2024. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 28, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 29/30, INDEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2024, na inscrição mobiliária nº 8941321, com base no disposto no art. 85, inciso III do CTMQ.

Processo nº 22136/2023/32. Requerente: L S M DE LUCENA PADARIA E CONFEITARIA. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2024. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 24, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 25/26, INDEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2024, na inscrição mobiliária nº 46641351000182, com base no disposto no art. 85, inciso III do CTMQ.

Processo nº 22745/2022/32. Requerente: M. D. DIAS DE CARVALHO. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2023. Com base na manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 51/53, INDEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2023, na inscrição mobiliária nº 8897761, com base no disposto no art. 85, inciso III do CTMQ.

Processo nº 23288/2023/32. Requerente: JULIKELLY DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2023. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 50/51, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 70/72. DEFIRO o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2020, no processo nº 22879/2019/32, para o exercício de 2022 no processo nº 22601/2021/32, para o exercício de 2023 no processo nº 22702/2022/32, para o exercício de 2024, no processo nº 23288/2023/32, na inscrição mobiliária nº 891094, com base no disposto no art. 300-A Parágrafo único do CTMQ.

Processo nº 22128/2023/32. Requerente: APM. DE SOUZA ASSESSORIA CONTÁBI.L Assunto: Isenção Taxa de Vistoria 2024. Com base na manifestação do Diretor de Fiscalização de tributos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN às fls. 23, e da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SEMFAPLAN, às fls. 24/25. **DEFIRO** o pedido de isenção da taxa de vistoria de estabelecimento para o exercício 2024, na inscrição mobiliária nº 8902236, com base no disposto no art. 300-A Parágrafo único do CTMQ.

Processo nº 21945/2023/32. Requerente: LAISSE DOS SANTOS. Assunto: Isenção de IPTU 2024. Com base na manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN, fls. 45/46, INDEFIRO o pedido de isenção de IPTU para o exercício de 2024, para a inscrição imobiliária nº 0050766, Art. 200, inc. III do CTMQ.

ERRATA: CORREÇÃO NO DOQ Nº 158/25, DE SEGUNDA-FEIRA 25 DE AGOSTO DE 2025, PARA QUE CONSTE:

ONDE SE LÊ: Processo nº 20009/2023/32. Requerente: DJACY LAION ALVES ARAÚJO. Assunto: Inclusão como Possuidor. Com base na manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN, às fls. 37/38, **DEFIRO** o pedido de baixa de inscrição imobiliária nº 0103857, na forma da Lei Complementar 098/2022.

LEIA-SE: Processo nº 20009/2023/32. Requerente: DJACY LAION ALVES ARAÚJO. Assunto: Inclusão como Possuidor. Com base na manifestação da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – SEMFAPLAN, fls. 37/38, **DEFIRO** o pedido de isenção de IPTU para os exercícios, 2022, 2023 e 2024 para a inscrição imobiliária nº 0103857, na forma do art. 2º da Lei complementar 098/2022.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER Prefeito

Atos do Secretário Municpal de Administração

ATO SEMAD Nº 79/SEMAD/25.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Para fins de regularização funcional, tornar público o gozo efetivo de férias da servidora **SOLANGE ALVES DO NASCIMENTO**, matrícula nº 5809/21, TÉC. EM ELETROENCEFALOGRAMA - SEMUS, no período: 01/10/2025 à 30/10/2025 em virtude de licença médica, através do processo N°3047/2025-E.

ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração Matrícula 15218/01

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 5

O Secretário Municipal de Administração de Queimados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1369/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) SANDRA MARIA JOSE DOS SANTOS, TECNICO DE LABORATORIO, Matrícula 3436/31, SEMUS, por 30 (trinta) dias a contar de 20/09/2025 à 19/10/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar a novo exame pericial. Processo N° 6802/2025-E.

PORTARIA Nº 1370/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) CRISTIANE ANDREIA LOPES, PROFESSOR II, MATRÍCULA 4998/01, SEMED, por 30 (trinta) dias a contar de 18/09/2025 à 17/10/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar ao trabalho. Processo N° 6731/2025-E.

PORTARIA Nº 1371/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) ROSANGELA FEIJO BAPTISTA, PROFESSOR II, Matrícula 11696/01, SEMED, por 90 (noventa) dias a contar de 27/09/2025 à 25/12/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar a novo exame pericial. Processo N° 1101/2024-E.

PORTARIA Nº 1372/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) MARY ELIZABETH CAETANO BASTOS, TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HS, MATRÍCULA 12064/01, SEMUS, por 60 (sessenta) dias a contar de 25/09/2025 à 23/11/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar a novo exame pericial. Processo N° 4735/2025-E.

PORTARIA Nº 1373/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) CAMILA MASSANEIRO GRACHET, TECNICO EM SAUDE BUCAL, Matrícula 12040/01, SEMUS, por 03 (três) dias a contar de 21/09/2025 à 23/09/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar ao trabalho. Processo N° 6734/2025-E.

PORTARIA Nº 1374/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) PATRICIA DIAS MAGALHAES, PROFESSOR II, Matrícula 15334/01, SEMED, por 07 (sete) dias a contar de 22/09/2025 à 28/09/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar ao trabalho. Processo N° 6860/2025-E.

PORTARIA Nº 1375/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) ALEX JOSE PEREIRA LOPES, COORDENADOR DE CENTRO DE SAÚDE, Matrícula 16108/02, SEMUS, por 03 (três) dias a contar de 24/09/2025 à 26/09/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar ao trabalho. Processo N° 6862/2025-E.

PORTARIA Nº 1376/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a(o) servidor(a) PRISCILA DO NASCIMENTO PEREIRA, ENFERMEIRO 40H, Matrícula 12233/01, SEMUS, por 01 (hum) dia a contar de 24/09/2025 à 24/09/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar ao trabalho. Processo N° 6865/2025-E.

PORTARIA Nº 1377/SEMAD/2025. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA a(o) servidor(a) TAMIRA GUILHERME ROCHA NEGRÃO, NUTRICIONISTA, Matrícula 12248/01, SEMUS, por 30 (trinta) dias a contar de 17/09/2025 à 16/10/2025. Após esse período o(a) requerente deverá retornar a novo exame pericial. Processo N° 6272/2025-E.

ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração Matrícula 15218/01

Atos do Secretário Municipal de Urbanismo

O Secretário Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº. 107/SEMUR/2025. TORNAR PÚBLICO o ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº. 050/2025, destinado à ADONAI EMPREENDIMENTOS LTDA, fica concedido a Licença para Construção para os imóveis residenciais multifamiliar de 2 pavimentos, consistindo em 4 unidades habitacionais, com 2 unidades habitacionais de 52,05m² e 2 unidades habitacionais de 55,19m², totalizando área total construída de 227,22m², Rua Antônio Augusto Torres, Lt 02, Qd F, que tomará o N.º 158 – Casas 1, 2, 3 e 4- Queimados/RJ. Emitido em 22 de setembro de 2025 através do processo nº 4135/2025-E.

PORTARIA Nº. 108/SEMUR/2025. TORNAR PÚBLICO o ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº. 049/2025, destinado à ADONAI EMPREENDIMENTOS LTDA, fica concedido a Licença para Construção para os imóveis residenciais multifamiliar de 2 pavimentos, consistindo em 4 unidades habitacionais, com 2 unidades habitacionais de 52,05m² e 2 unidades habitacionais de 55,19m², totalizando área total construída de 227,22m², Rua Antônio Augusto Torres, Lt 03, Qd F, que tomará o N.º 156 – Casas 1, 2, 3 e 4- Queimados/RJ. Emitido em 22 de setembro de 2025 através do processo nº 4133/2025-E.

PORTARIA Nº. 115/SEMUR/2025. TORNAR PÚBLICO o ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº. 054/2025, destinado à MARIA JULIA PEREIRA, fica concedido a Licença para Construção do imóvel de uso comercial. A área total construída é de 668,43m², situada na Rua Dr Jose Maria Coelho, que tomará o N.º 86 – Bairro Centro – CEP.: 26.325-270 - Queimados/RJ. Emitido em 07 de outubro de 2025 através do processo N.º 6341/2024-E.

RAPHAEL SILVA DE FARIA ATTIÉ

Secretário Municipal de Urbanismo Mat.: 15400/02

Atos do Secretário Municipal de Aquisições e Contratos

ATO Nº 009/OGSRP-SEMAC/2025 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Aquisições e Contratos, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo administrativo nº 2891.2024.03, que dispõemsobre eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicação contemplando serviços de

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 6

voz fixa, assim como links de comunicação de dados redundantes, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração (demais Secretarias e Órgãos Municipais) e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Queimados/RJ, com base na Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e no Decreto Municipal nº 2.896 de 09/03/2023, TORNA PÚBLICO a Publicação Semestral da Ata de Registro de Preços nº 004/2025 com publicidade em 08/04/2025 no DOQ nº 66.

MARCOS FELIPE SOUZA DE LIMA

Secretário Municipal de Aquisições e Contratos Órgão Gerenciador do SRP Matrícula nº 14263/01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS ATA DE REGISTRO DE PRECOS N.º 004/2025

A Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos, integrante da Prefeitura Municipal de Queimados, sediada no Município de Queimados, situada na Rua Mário Pati Junior, nº. 200 - Fanchem - Queimados, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Aquisições e Contratos, Senhor Thiago Roris de Matos, nomeado pela Portaria nº 422/GAP/25 de 02 de janeiro de 2025, publicada no DOQ 02 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 14718/03, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2025, publicada no DOQ 12 de 16/01/2025, processo administrativo nº 2891/2024/03, RESOLVE registrar os preços da empresa SPEEDY NET TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 27.900.019/0001-40 indicada e qualificada nesta ATA e representada pelo Senhor Elias Alexandre da Silva, CPF nº 078.513.637-13 de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 2.896, de 09 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

- 1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicação contemplando serviços de voz fixa, assim como links de comunicação de dados redundantes, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração (demais Secretarias e Órgãos Municipais) e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Queimados/RJ, conforme condições estabelecidas no Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR SPEEDY NET TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 27.900.019/0001-40 Rua João Batista, nº 40, loja - Nossa Senhora de Santana - Barra do Piraí/RJ (21) 98736-1150 - E-mail: speedy.net27@gmail.com Representante Legal: Elias Alexandre da Silva **VALOR** VALOR **VALOR** ITEM UNIDADE QUANT. **MENSAL** UNITÁRIO TOTAL 60 **ESPECIFICAÇÃO UNITÁRIO MESES** 60 MFSFS R\$ 1.416,66 R\$ 84.999,60 R\$ 1.699.992,00 20 Serviço Serviço de Link de Comunicação 1GB Descrição: Prestação de 1 Serviços de Disponibilidade de Link de Comunicação de dados. R\$ 616,65 R\$ 36.999,00 R\$ 1.849.950,00 Serviço 50 Serviço de Link de Comunicação 500MB Descrição: Prestação de 2 Servicos de Disponibilidade de Link de Comunicação de dados. 181 R\$ 18,33 R\$ 1.099,80 R\$ 199.063.80 Serviço Serviço Comunicação de Descrição: Prestação de Serviço 3 de Telefonia Fixa com 0800 - PABX Virtual (VoIP), Hospedado em Ambiente Computacional

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 7

Nuvem.			

- 2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
- ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES
- 3.1.O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal responsável pelas aquisições centralizadas do Município.
- 3.2.São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes				
1	SEMAD: 19	SEMAS: 1			
2	SEMAD: 37	SEMAS: 13			
3	SEMAD: 162	SEMAS: 19			

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2.A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ECADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 8

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços :
 - 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
 - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 9

- 5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133. de 2021.
- 7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 10

- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2.O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3.O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 26 do Decreto nº 2.896, de 2023.
- 8.5.Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6.Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7.Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, do Decreto nº 2.896, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 11

- 9.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 21 e 22, ambos do Decreto nº 2.896, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
 - 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 5°, inc. XII, do Decreto nº 2.896, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6°, inc. X, do Decreto nº 2.896, de 2023).
- 10.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 11. CONDIÇÕES GERAIS
 - 11.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (TRÊS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Queimados, 08 de abril de 2025.

THIAGO RORIS DE MATOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS - ÓRGÃO GERENCIADOR

ZILDA CAROLINA VARGAS GITAHY

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SECRETARIA SOLICITANTE/PARTICIPANTE

EDUARDO LOPES BARBOSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -SECRETARIA SOLICITANTE/PARTICIPANTE

ELIAS ALEXANDRE DA SILVA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA SPEEDY NET TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

THIAGO RORIS DE MATOS

Secretário Municipal de Aquisições e Contratos Matrícula 14.718/03

Atos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA. Nº 008 DE 08 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕEM SOBRE A MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - BIÊNIO 2025-2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, estabelecidas na legislação em vigor:

Considerando o princípio da publicidade que deve revestir os atos jurídicos;

Considerando a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010 de 03 de agosto de 2009;

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 12

Considerando a Lei Municipal nº 189/95, alterada pela Lei Municipal nº 1.152 de julho de 2013;

Considerando a Portaria nº2293/GAP/25 – que forma o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 19 de agosto de 2025 até 18 de agosto de 2027;

Considerando o Artigo 22 do Regimento Interno do CMDCA, publicado no DOQ 752 de 15 de fevereiro de 2016;

Considerando a deliberações da plenária do CMAS, realizada no dia 16 de Setembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público: a deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, do Biênio 2025-2027.

- Presidente: Waldira Viol Soares ONG SEMENTE DO FUTURO
- · Vice-Presidente: Giselma de Souza Almeida Matos SEMAS
- Secretário Geral: Marisete Sant'Ana CRUZ VERMELHA
- · Secretário Sub-Adjunto: Tânia Nunes Corbo GAP

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir da data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Waldira Viol Soares Presidente do CMDCA

CONVOCAÇÃO - REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Queimados – CMDCA, no uso de suas atribuições legais CONVOCA OS CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS para REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA DE FORMA HIBRIDA A SER REALIZADA NO DIA 10 de OUTUBRO de 2025, SEXTA-FEIRA as 10:30am, na sede dos conselhos: Rua Otilia,1496 – Sala 101– Vila do Tinguá e através Plataforma Google Meet - Link da videochamada: https://meet.google.com/poj-cyij-ihc.

Pauta:

- 1. Verificação de Quórum;
- 2. Deliberação da ATA de 13 de agosto de 2025;
- 3. Deliberação da ATA do processo de escolha da sociedade civil;
- 4. Organizar as Comissões permanentes;
- 5. Denúncia encaminhada ao Conselho Tutelar;
- 6. FUMCRIA:
- 7. Assuntos gerais.

Waldira Viol Soares Presidente do CMDCA

Atos do Conselho Municipal de Cultura

ERRATA À ATA DE REUNIÃO publicada - Quinta-Feira, 28 de agosto de 2025 - Ano XXXIV - Página 11/12 (nº 161).

Na qualidade do Conselho Municipal de Cultura, e em cumprimento às disposições regimentais, faço constar a presente ERRATA referente à Ata da Reunião Extraordinária realizada em 26.08.2025, lavrada às fls. 11/12, para correção do seguinte equívoco:

Onde se lê: "o Conselho Municipal de Cultura de Queimados se reuniu de forma híbrida através de um link às 15h para deliberar sobre as seguintes pautas: Verificação de Quórum; Leitura e aprovação da pauta; Leitura e aprovação das últimas atas; Plano de Aplicação de Recursos-PNAB; Informes e assuntos gerais;"

Leia-se: "o Conselho Municipal de Cultura de Queimados se reuniu de forma híbrida através de um link às 15h sobre as seguintes pautas: Verificação de Quórum; Leitura e aprovação da pauta; Leitura e aprovação das últimas atas; Secretaria de Cultura de Queimados apresenta o Plano de Aplicação de Recursos- PNAB; Informes e assuntos gerais;"

Onde se lê: "O conselheiro João Marcos Fonseca pediu esclarecimentos sobre a aquisição de bens e patrimônio"

Leia-se: "O conselheiro João Marcos Fonseca solicitou esclarecimentos acerca da aquisição de bens e patrimônio, destacando, ainda, a necessidade de explicações pertinentes quanto às vagas que seriam substituídas pelo projeto MovCÉU, manifestando o entendimento de que este não se apresenta como o meio adequado para fins de adição cultural"

Onde se lê: "Quanto ao autopagamento, foi. Foi informado que o proponente pode se remunerar como coordenador ou em outras funções previstas na planilha orçamentária, desde que o valor seja razoável e compatível com o escopo do projeto".

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 190 - Quarta-Feira, 08 de Outubro de 2025 - Ano XXXIV - Página 13

Leia-se: "Quanto ao pagamento foi informado que o proponente pode se remunerar como coordenador ou em outras funções previstas na planilha orçamentária, desde que o valor seja razoável e compatível com o escopo do projeto".

Mantêm-se inalterados os demais termos da ata, permanecendo válidas todas as deliberações e registros consignados.

Logo, que se registre a presente errata, a fim de que produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Márcia Rodrigues Augusto

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

Atos do Poder Legislativo

REQUERIMENTO N°592/2025 08 DE OUTUBRO DE 2025 AUTOR: VER. FELIPE DE OLIVEIRA CARVALHO

CONCESSÃO DE MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados, por seus representantes legais, na 54ª Sessão Ordinária, **APROVOU** o seguinte **REQUERIMENTO**:

A concessão de MOÇÃO DE APLAUSOS, conforme dispõe o inciso XXI do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, aos Ilmos. Srs.:

Claudemir Andrade Queiroz
Sebastiana Maria Estanislau
Flávia de Jesus Baptista dos Santos
Paulo Victor Graciano de Padua
ClaiqueClibio da Silva Benedicto
Cristiano Elias Inacio
Edson Maia de Oliveira
JovanJunio Graciano de Souza
Fernando José da Conceição Thiago
Patrick Marques de Oliveira
Mara Celia Morethson de Menezes e Silva
Reginaldo Paula da Silva
Maria Aparecida da Conceição Thiago da Silva
Yan Caetano de Oliveira
Carlos Alexandre de Oliveira

THOMAS JEFFERSON ALVES

Presidente da Câmara Municipal de Queimados